PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

☐ **REQUERIMENTO**	Número / (.ª)
X **PERGUNTA**	Número 2721 / XIV (1 .ª)

Expeça - se
Publique - se
2020-05-20
O Secretário da Mesa
Nelson Peralta (Assinatura Qualificada) — Digitally signed by Nelson Peralta (Assinatura Qualificada) Date: 2020.05.20 16:02:32 +01:00 Reason: Location:

Assunto: Frota operacional de bandeira portuguesa

Destinatário: Ministro do Mar

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Desde há bastantes anos que o IMT- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP vem publicando mensalmente um boletim designado "Armadores Nacionais e Frota Operacional", com relevante e diversificada informação estatística sobre a frota de marinha de comércio arvorando pavilhão nacional, seja a registada no designado Registo Convencional (cada vez mais residual), seja a registada na Zona Franca da Madeira (RIM-MAR).

A estrutura das informações tornadas públicas no sítio do IMT, tem vindo a evoluir de forma estranhamente errática, ora com períodos de abundância de informação relevante, ora com o desaparecimento, no mínimo estranho, de alguma ou mesmo de avultada informação.

Por exemplo, a partir de 2014, desapareceu, sem qualquer espécie de pré-aviso e pelo menos até ao momento, uma informação economicamente muito importante, a saber, o valor dos fretes marítimos com o afretamento de navios de comércio contratados por Portugal ao exterior, valor de fretes responsável por um significativo défice da balança de transportes com o exterior, dado a quase inexistência de uma frota verdadeiramente nacional e que até 2013 rondava quase os mil milhões de euros.

Tal valor, dado o significativo acréscimo do comércio externo e a evolução do preço dos fretes será seguramente muito maior nos anos recentes.

Ainda mais espantosamente, dados e informação concernente a esta variável, parece terem desaparecido do próprio INE.

Mais recentemente, já em 2020, desapareceu súbita e completamente vasta informação de detalhe sobre a marinha de comércio - número de navios, sua arqueação bruta, respetivos armadores, tripulações e sua origem nacional, etc., etc., pelos dois registos nacionais existentes.

Em conclusão, em vez da divulgação por parte do IMT de informação cada vez mais relevante sobre atividade tão estratégica quanto é o transporte marítimo de mercadorias (recordemos que em 2018, último ano com dados publicados, cerca de 61 % das mercadorias importadas e cerca de 51 % das mercadorias exportadas, foram-no por via marítima; acresce que a totalidade do petróleo bruto e do carvão importados, e parte muito significativa do gás natural, foram transportados por via marítima), parece haver, se é que não há mesmo, a intenção deliberada de sonegar aos especialistas e à opinião pública em geral, tão precisas informações.

Também inexplicavelmente, o último mês em que ainda aparece informação abrangente sobre

“Armadores nacionais e frota operacional” no boletim mensal do IMT, é Dezembro de 2017, isto é, exatamente há 28 meses atrás.

Assim sendo, e tendo em atenção os preceitos constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português vem colocar ao Governo, através do Ministério do Mar, as perguntas seguintes:

1. Quais as razões porque as informações identificadas na exposição de motivos, e outras, deixaram de ser do domínio público?
2. A partir de quando pensa o Governo retomar a sua divulgação pública, designadamente no sítio eletrónico do IMT-Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, pelo menos no que respeita à informação entretanto desaparecida?

Palácio de São Bento, 19 de maio de 2020

Deputado(a)s

JOÃO DIAS(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.